ECONOMIALISMO: UMA PROPOSTA DE POLÍTICA ECONÔMICA COM FOCO NA SAÚDE MENTAL E SUSTENTABILIDADE

Economialism: an economic policy proposal focused on mental health and sustainability

Economismo: una propuesta de política económica centrada en la salud mental y la sostenibilidad

https://doi.org/10.5935/2176-3038.20260014

Recebido: 04 fev. 2026
Corrigido: 28 mar.2026
Aprovado: 09 set. 2026

Jimmy Barbosa Pessoa[1]

Resumo: O presente artigo introduz o conceito de economialismo, entendido como um modelo teórico e prático de política econômica voltado ao cuidado com a saúde mental, a sustentabilidade e a justa distribuição de renda. Trata-se de uma abordagem interdisciplinar que visa integrar o bem-estar psicológico dos trabalhadores à produção econômica, promovendo projetos sustentáveis e políticas públicas sensíveis às realidades sociais e ambientais contemporâneas. A metodologia adotada foi qualitativa, de base teórico-reflexiva, com apoio em referenciais da psicologia social, da economia política e da educação crítica. Como resultados, destaca-se a formulação de princípios para uma economia que respeite os limites do crescimento e promova o desenvolvimento humano integral. O conceito de Inter-eras, expressão cunhada pelo autor, também é discutido como pano de fundo para o surgimento desta proposta. Conclui-se que o economialismo articula uma alternativa viável ao modelo neoliberal, com potencial para restaurar laços sociais, fortalecer comunidades e preservar o planeta.

Palavras-chave: saúde mental; sustentabilidade; economia política; políticas públicas; trabalho.

Abstract: *This article introduces the concept of economisticism, understood as a theoretical and practical model of economic policy focused on mental health care, sustainability, and fair income distribution. It is an interdisciplinary approach that aims to integrate workers' psychological well-being into economic production, promoting sustainable projects and public policies that are sensitive to contemporary social and environmental realities. The methodology adopted was qualitative, theoretically and reflexively based, supported by references from social psychology, political economy, and critical education. The results highlight the formulation of principles for an economy that respects the limits of growth and promotes integral human development. The concept of Inter-eras, an expression coined by the author, is also discussed as a backdrop for the emergence of this proposal. It is concluded that economisticism articulates a viable alternative to the neoliberal model, with the potential to restore social ties, strengthen communities, and preserve the planet.*

Keywords: *mental health; sustainability; political economy; public policy; labor.*

Resumen: *Este artículo introduce el concepto de economialismo, entendido como un modelo teórico y práctico de política económica centrado en la atención a la salud mental, la sostenibilidad y la distribución justa del ingreso. Se trata de un enfoque interdisciplinario que busca integrar el bienestar psicológico de los trabajadores en la producción económica, promoviendo proyectos sostenibles y políticas públicas sensibles a las realidades sociales y ambientales contemporáneas. La metodología adoptada fue cualitativa, de base teórica-reflexiva, con apoyo en referencias de la psicología social, la economía política y la educación crítica. Los resultados destacan la formulación de principios para una economía que respete los límites del crecimiento y promueva el desarrollo humano integral. El concepto de Inter-era, expresión acuñada por el autor, también se discute como contexto para el surgimiento de esta propuesta. Se concluye que el economialismo articula una alternativa viable al modelo neoliberal, con el potencial de restaurar los lazos sociales, fortalecer las comunidades y preservar el planeta.*

Palabras clave: *salud mental; sostenibilidad; economía política; políticas públicas; trabajo.*

1 Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade de Coimbra, Portugal / Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil. Doutor em Psicologia pela USP. Pós-doutorando em Economia Política na PUC-SP e em Ciências da Educação na Universidade de Coimbra. E-mail : jimmybpessoa@gmail.com. ORCID 0000-0002-5898-1898.

1. Introdução

As relações econômicas constituem um elemento intrínseco à vida em comunidade do ser humano. Desde os tempos em que alimentos e objetos eram compartilhados entre tribos e clãs nas sociedades primitivas, passando pelas trocas de bens agrícolas e os primeiros utensílios produzidos até a negociação de produtos manufaturados entre diferentes grupos sociais e países, os modelos econômicos foram se consolidando como um componente estruturante de toda organização social (Hunt e Sherman, 2000). Repensar a economia tornou-se, nas últimas décadas, um imperativo para o delineamento de projetos de desenvolvimento que estejam intrinsecamente articulados aos setores essenciais da vida em sociedade, como a educação, a saúde, a habitação, a infraestrutura, a defesa e a proteção social. A concepção de um modelo econômico responsável exige, portanto, uma abordagem integrada e sustentável, que considere as múltiplas dimensões do bem-estar coletivo. Entretanto, a ênfase exclusiva no lucro e na maximização de ganhos, dissociada de políticas preventivas voltadas à saúde mental da população e à preservação ambiental, tem revelado uma série de impasses e desafios para gestores públicos, empresários e cidadãos. As crises ambientais contemporâneas — agravadas pelo desmatamento intensivo, pela degradação dos solos, pela contaminação dos recursos hídricos e pelo aumento descontrolado da produção de resíduos — impactam diretamente a estabilidade econômica, mas também comprometem profundamente a saúde física e mental das populações afetadas. Eventos climáticos extremos, como tempestades severas, inundações, secas prolongadas e elevação acentuada das temperaturas, vêm demonstrando a vulnerabilidade de comunidades inteiras diante de um modelo de desenvolvimento que negligencia os limites ecológicos do planeta. Tais fenômenos não apenas provocam perdas materiais e deslocamentos populacionais, mas também desencadeiam processos de sofrimento psíquico, instabilidade social e ruptura de vínculos comunitários. Dessa forma, torna-se urgente a construção de paradigmas econômicos que incorporem a sustentabilidade ambiental e a promoção da saúde mental como eixos estruturantes de políticas públicas e estratégias de desenvolvimento. Pensar a economia, hoje, é necessariamente pensar na vida em sua totalidade, esta é a principal proposta do Economialismo, a vida como prioridade para o desenvolvimento socioeconômico. Neste texto introdutório do economialismo, que é fruto de um capítulo da tese de doutorado do respectivo autor e nesta produção específica, resultado da apresentação no Congresso Internacional de Psicologia, organizado pela Academia de Psicologia de São Paulo, temos como objetivo: trazer uma breve apresentação teórica dos fundamentos do economialismo. Sendo usado o método de construção teórica qualitativa na linha da Psicologia Social do Trabalho e Psicologia Econômica.

E o que é o economialismo?

O conceito de “economialismo” é utilizado como base teórica para a formulação de uma proposta de atuação psicossocial e econômica integrada. Tal concepção parte do princípio de que o desenvolvimento de uma política econômica eficaz deve priorizar tanto a saúde mental quanto as necessidades individuais e coletivas da população. No âmbito da sustentabilidade, propõe-se a elaboração de projetos e ações voltados à preservação ambiental nos espaços urbanos, articulando o cuidado com a natureza ao fomento do crescimento econômico. Essa proposta inclui a busca por uma distribuição de renda justa, não necessariamente igualitária — pois a igualdade absoluta revela-se uma utopia —, mas fundamentada na contribuição efetiva de cada indivíduo à sociedade, respeitando os diferentes papéis e formas de trabalho. No que diz respeito à saúde mental, o economialismo defende o desenvolvimento de mecanismos de prevenção e suporte voltados aos trabalhadores da esfera pública, privada e aos empreendedores. Tais políticas devem estar ancoradas nos conhecimentos da Psiquiatria e da Psicologia, visando ao cuidado integral da saúde mental, à redução do sofrimento psíquico e à prevenção de quadros de estresse, burnout e crises psicossomáticas, que resultam do desgaste extremo nas relações de trabalho. Essa abordagem reconhece a centralidade do bem-estar psíquico e ambiental como fundamentos indispensáveis para a construção de modelos econômicos sustentáveis e socialmente responsáveis. Tratando sobre um recorte temporal em que a ideia economialista surge, compreendemos que estamos em um novo período da sociedade mundial, que denominamos de Inter-eras. Que tem como significado: o conceito de **Inter-Eras** refere-se à coexistência de práticas e ideias antigas com novas formas de organização social, política e tecnológica, configurando um tempo social marcado por tensões e contradições. Exemplos dessa

simultaneidade incluem a persistência de políticas nacionalistas discriminatórias, a construção de muros e cercas para limitar fluxos migratórios, e a legitimação de discursos e comportamentos violentos por parte de segmentos da população. E, uma pregação anticientífica e negacionista que toma os espaços virtuais e se espalha em ambientes sociais. Paralelamente, observa-se um crescente distanciamento social, acompanhado do adoecimento emocional e da dificuldade de interação humana, fenômenos frequentemente associados ao uso excessivo de redes sociais digitais. Este novo tempo social — que não rompe de modo abrupto com o anterior, mas se sobrepõe a ele — tem como marco simbólico e histórico a **pandemia da Covid-19**, a partir da qual emergem profundas transformações nas dinâmicas econômicas, psíquicas e relacionais. A pandemia de Covid-19 evidenciou as vulnerabilidades de um modelo econômico que historicamente tem negligenciado aspectos fundamentais como a saúde mental e a sustentabilidade ambiental. Entre os impactos observados, destaca-se o aumento significativo de casos de ansiedade, stress e síndrome de burnout entre os trabalhadores[2], decorrentes do excesso de demandas laborais, das pressões institucionais e da insegurança gerada pela crise sanitária. No âmbito ambiental, as mudanças climáticas, acompanhadas por eventos extremos como tempestades, ondas de calor e o surgimento de novas doenças, configuram-se como manifestações concretas das múltiplas crises que a sociedade contemporânea enfrenta, especialmente nas dimensões da saúde coletiva e da preservação ambiental, ambas essenciais à manutenção da vida. Todas estas situações têm despertado um alerta em todos os espaços de poder e da sociedade, levando a busca de propostas políticas, tecnológicas e de ideias para práticas mais sustentáveis e com foco na promoção da qualidade de vida no trabalho. Por tais motivos, é fundamental pensar em novas alternativas de análises e transformação do modo de trabalho e uso dos recursos naturais para o desenvolvimento e crescimento socioeconômicos sustentável e psiquicamente saudável.

2. Economialismo: um projeto de economia social baseado na saúde mental e na sustentabilidade[3]

A economia economialista tem por foco um trabalho individual e/ou coletivo caracterizado pela relação igualitária de produção e o cuidado com a saúde mental dos trabalhadores em todas as funções e carreiras. Para o economialismo, a produção da riqueza por parte dos setores agrícola, industrial e de serviços deve visar o bem-estar emocional e necessidades do trabalhador e o cuidado com a natureza. Apoiada na sustentabilidade, essa perspectiva tem como proposta a construção de projetos e ações que cuidem da natureza e promovam crescimento econômico não apenas medido pela quantidade de lucro, mas também pela conservação da natureza e ações sustentáveis, como uso de energia renovável ou limpa e reaproveitamento de materiais industrializados ou orgânicos. Deve-se considerar uma organização para a economia que tenha como proposta a distribuição justa (e não igualitária, pois isso é irrealizável) da riqueza, para que as diferenças entre os indivíduos sejam minimamente superadas. A proposta economialista aponta como fator fundamental a saúde do trabalhador em sua integralidade, ou seja, a prevenção e cuidado com a saúde mental e física de cada homem, mulher e pessoa trans que constrói a sociedade. No processo de prevenção e cuidado com a saúde mental, os sujeitos devem ser apoiados e terem atendimento psicológico e psiquiátrico e acesso a ações psicoterapêuticas em grupo e individuais. Eles devem ser estimulados a criarem um espaço no ambiente de trabalho que sirva para descompressão emocional, descanso e convivência social. No trabalho "home office", os trabalhadores devem reservar pausas e momentos de relaxamento de 15 a 20 minutos para seu cuidado emocional e psicológico. Com o excesso de trabalho e ausência de cuidado com a saúde mental na realização de atividades laborais, patologias como burnout, stress e ansiedade têm atingido a vida de milhões de profissionais (CID, 2011). Prevenir essas doenças e recuperar aqueles que adoeceram torna-se essencial

2 A palavra trabalhador neste texto, inclui todas as pessoas que estão em atividades laborais de todas as esferas e grupos sociais

3 Este tópico é parte do capítulo 8 da Tese de doutorado do autor, onde é apresentada a perspectiva Economialista pela primeira vez para uma publicação acadêmica. Pessoa, Jimmy Barbosa. **Sem endereço para ir e sem um lar para voltar:** sobre o sentido da vida em Frankl, estratégias de coping e questões da existência com moradores de rua na cidade de São Paulo. Tese (Doutorado em Psicologia Social e do Trabalho) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

* Este trabalho contou com o apoio da ferramenta ChatGPT para revisão gramatical e aperfeiçoamento da linguagem acadêmica em alguns trechos. As intervenções foram realizadas pelo próprio autor, parágrafo por parágrafo, nas seções em que a inteligência artificial foi empregada.

para a economia e desenvolvimento da sociedade. Por isso, a proposta economialista foca na organização de projetos que cuidem da capacitação e requalificação de pessoas para atuar no mercado de trabalho e em ações sociais para o bem-estar social e do planeta. O economialismo olha para frente ao construir suas metas, por isso, deve-se oferecer todo o incentivo a usinas de dessalinização, energia verde, fim do uso excessivo de combustíveis fósseis, construção de usinas para transformar lixo em energia nas grandes e médias cidades, comercialização de produtos reutilizáveis e medição de produção de riqueza tendo como parâmetro a qualidade do ambiente de trabalho e o desenvolvimento sustentável.

No modelo economialista, as empresas são incentivadas a incluir em seus quadros de funcionários pessoas que estão resolvendo suas pendências com a lei ou estão recebendo tratamento de dependências químicas. Também são encorajadas a apoiar pessoas sem residência com a oferta de cursos, palestras e oficinas para formação profissional e orientação de carreira, além de serviços de cuidado físico, emocional, espiritual e psicológico. Ademais, são convidadas a difundir informações sobre o avanço tecnológico para que os funcionários recebam capacitação para uso de novos equipamentos e ferramentas de aparelhos eletrônicos que estão conectados à rede mundial de computadores. Realizar esse projeto envolve uma preparação teórica e construção de possibilidades que devem sempre focar no cuidado humano para a formulação e produção econômica. Toda atividade laboral deve se pautar pelo cuidado com a saúde mental do trabalhador, a ação coletiva de conscientização de autocuidado, cuidado com o próximo e a conservação do planeta, e não pelo consumo desenfreado. Os impostos desse novo modelo econômico devem seguir diretrizes que tragam justiça e equidade para os ganhos de cada empresa e pessoa física. Deve-se cobrar mais impostos de quem ganha mais. Para isso, é necessário, organizar ações para promover a conscientização e sensibilização de donos de grandes fortunas e instituições privadas para pagar mais impostos e os governos se comprometam em reverter esse dinheiro em ações efetivas para cuidado com a população mais vulnerável nas áreas da saúde, educação, moradia e trabalho. É preciso compreender que a economia, assim como a natureza e a produção humana (construções e inventos), tem um limite de crescimento. A medição de crescimento econômico não pode ser baseada apenas nos números, mas na distribuição de renda, promoção de saúde para as pessoas e preservação ambiental. Todas essas ações devem ser desenvolvidas principalmente dentro das grandes cidades, pois estas são os maiores centros poluidores e concentram grande parte da população mundial. Tais cidades enfrentam variados desafios, referentes à geração de emprego, miséria e abandono de pessoas em vulnerabilidade social. O economialismo surge perante os desafios de cuidado com a população e com o meio ambiente e a geração de riqueza e desenvolvimento econômico justo e equilibrado. Para essas ações se concretizarem, deve-se pensar na construção de políticas econômicas e públicas que se entrelacem e foquem na promoção de novas aprendizagens e geração de oportunidades para grupos sociais em situação de vulnerabilidade. Eles necessitam maior assistência e apoio para sua qualificação profissional, valorização de seus saberes e experiências, além de incentivos para mudança de vida por meio de projetos de educação, emprego, moradia e trabalho com tratamento e remuneração justas. Por fim, viver sob uma perspectiva economialista é acreditar em novas formas de fomentar e elaborar o sentido de vida a partir de fazeres socioeconômicos-educacionais.

3. Período de Inter-eras: uma nova análise psicossocial para novas experiências e velhas práticas[4]

3.1 Inter-Eras: um novo momento social com antigas práticas[4]

Elaborar um novo termo ou conceituação teórica para tratar desse novo período da história se faz necessário por muitos motivos, porém, destaco três: primeiramente, há uma necessidade de se fazer lembrar desse tempo e de tratá-lo enquanto uma nova era sociopolítica e histórica, da qual questões como o incentivo à uma economia sustentável, ciência e microbiologia, a dinâmica das comunicações e a pandemia da Covid-19 fazem exclusivamente parte.

4 Este tópico, também, é parte do capítulo 8 da Tese de doutorado do autor, onde é apresentada a perspectiva Economialista pela primeira vez para uma publicação acadêmica. Pessoa, Jimmy Barbosa. **Sem endereço para ir e sem um lar para voltar**: sobre o sentido da vida em Frankl, estratégias de coping e questões da existência com moradores de rua na cidade de São Paulo. Tese (Doutorado em Psicologia Social e do Trabalho) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

Em segundo lugar, devemos considerar uma nova nomenclatura para possibilitar um avanço no desenvolvimento da linguagem e para colaborar com as pesquisas científicas e a construção de novos estudos no presente e no futuro. Por último, entendemos que gerações que vivenciam fatos extraordinários e que romperam com a "normalidade" política, social e temporal devem deixar sua colaboração analítica sobre sua própria era vivida. Tratar do período Inter-Eras é, portanto, apresentar às novas gerações o que foi a pandemia de Covid-19, a vida durante o enfrentamento da pandemia e as consequências e transformações sociais causadas por essa crise de escala mundial.

O paradoxo do progresso nas Inter-Eras

O período denominado **Inter-Eras** corresponde ao tempo presente, marcado pela aceleração das informações, intensificada pelo desenvolvimento exponencial da internet e das tecnologias de comunicação. A isso se somam avanços significativos no campo da inteligência artificial, da automação por meio de veículos autônomos — como carros e drones —, do progresso das pesquisas médicas e genéticas, além de transformações estruturais na economia global e na infraestrutura urbana e tecnológica. Contudo, paralelamente a esse expressivo crescimento científico, social e político-econômico, observa-se um fenômeno paradoxal: a disseminação massiva de desinformação, especialmente por meio das chamadas *fake news*, que contribuem para a negação de vacinas, medicamentos e descobertas científicas e arqueológicas. Tais discursos negacionistas frequentemente promovem ideologias violentas e autoritárias, exaltando figuras que defendem a força bruta e o obscurantismo, principalmente no ambiente digital, onde tais mensagens ganham rápida circulação e grande alcance. Na esfera internacional, há o fortalecimento de discursos xenofóbicos, a construção de muros e cercas para contenção migratória, o aumento dos investimentos em aparatos militares e a proliferação de ideias extremistas de cunho nacionalista, baseadas em mitos de pureza racial ou em figuras que se autoproclamam salvadoras da nação. Trata-se de uma reatualização da retórica messiânica, na qual indivíduos, muitas vezes vinculados a grupos religiosos, partidos políticos, associações, sindicatos ou instituições públicas e privadas, utilizam-se dessas plataformas como palanques para disseminar suas ideologias e alavancar seus projetos de poder. Neste cenário contraditório, testemunhamos o que se pode chamar de uma "perfeita imperfeição": o entrelaçamento entre o avanço das tecnologias do futuro e a ressignificação de ideias regressivas, práticas autoritárias e discursos antidemocráticos que deveriam pertencer ao passado. A comunicação instantânea, em vez de promover o esclarecimento e a cooperação, é muitas vezes instrumentalizada para ecoar o que há de mais sombrio na experiência humana — a violência, o negacionismo, o esvaziamento ético e a superficialidade das relações sociais. Assim, o futuro tecnológico convive com o reaparecimento de fantasmas históricos que desafiam os valores democráticos e os princípios humanistas. Ou seja, experimentamos o avanço das comunicações — que representam o futuro — sendo utilizado para ecoar o pior dos tempos passados.

3.2 O fator fundante do período Inter-Eras

A Covid-19 é o fato marcante e fundante desse novo período, primeiro, por revelar que o discurso de governos e nações sobre paz, igualdade, fraternidade e a busca por justiça social, de gênero e povos, encontra um limite em grandes crises. Durante a pandemia, projetos e formas de dominação, apoiados em antigos conceitos e velhas práticas político-sociais, foram retomados ou ampliados por muitas nações como forma de governança e administração do caos social. Tais práticas se difundiram nos planos individual e coletivo, incluindo a apologia ao negacionismo ou ao superpoder de grupos intitulados "científicos", a ignorância religiosa ao "explicar" o vírus, a corrupção desenfreada mesmo em um momento de dor e morte nunca visto antes e a ampliação de confrontos e ameaças de uso da força. Além disso, houve a falta de distribuição e a ocasional proibição da venda de vacinas dos países ricos para os países pobres e o impedimento da entrada de imigrantes em países do hemisfério norte. Essas e outras práticas constituíram os fatos que romperam com o conceito de direitos humanos tão propagandeado na pós-modernidade. A compreensão da existência de um novo período e a produção de uma nomenclatura para designá-lo não levam à criação de uma era, mas à sua identificação. Refletir sobre um novo tempo da humanidade é desenvolver um processo analítico que descreve um fato ou fatos. Ao ampliarmos a percepção sobre a Covid-19 enquanto evento que inaugurou uma era, vemos que ela foi responsável por um novo tempo social, político, econômico e novas perspectivas para a humanidade que, não obstante, reproduz antigas práticas. A pós-modernidade tem seu fim no

ano de 2019; os últimos dias desse ano podem ser considerados os seus "últimos suspiros". O período Inter-Eras tem seu início na segunda década dos anos 2000, tendo nascido em meio à pandemia. O ano de 2020 pode ser considerado o marco para esse "novo alvorecer da história".

3.3 Inter-Eras: mudanças no ambiente e no modelo de interação e trabalho

O conceito de "Inter-Eras" relaciona-se à integração de tempos, pensamentos, conhecimento e saberes, além de perspectivas sociais e coletivas. Com o fim do século XX, essa integração não se baseava mais apenas nos encontros, no trabalho integrado em um mesmo ambiente ou no compartilhamento de lugares por cientistas, pesquisadores ou profissionais de diferentes campos de atuação. Enquanto a modernidade e pós-modernidade mesclavam a relação presencial e as possibilidades de atividades virtuais, no Inter-Eras, o virtual tornou-se obrigatoriedade em muitos casos, seja para poupar despesas, acelerar decisões ou cumprir exigências. Esse modelo de interação é chamado de "híbrido" ou "remoto", funcionando em uma plataforma virtual que oferece inúmeras ferramentas para a realização do trabalho, como botões digitais para apresentar materiais, espaço de envio de mensagens gerais ou privadas para os participantes, gravação de vídeos, compartilhamento de link, mecanismo de segurança para aceitar participantes, modelos de fundos de tela etc. A ampliação das relações interpessoais para além do escritório, da praça, da firma, comércio ou da rua, traz, ainda, possibilidades de interação que simulam um ambiente de trabalho, com normas e regras como manter os microfones desligados e as câmeras (havendo uma foto que se adequa ao perfil da empresa); sinalizar que deseja falar acionando o botão de se "levantar a mão" ou enviar uma mensagem de texto no chat ao lado. Havendo mudança que ocorreram nas relações em todos os ambientes e, mais especificamente, nas relações laborais. A construção da sociabilidade sofreu mudanças. Se antes as pessoas se conheciam principalmente no dia a dia, na empresa, faculdade, escola, trabalho e em cada lugar que frequentavam, agora deve-se primeiro buscar informações sobre a pessoa em alguma rede social ou site de pesquisa e então encontrá-la pessoalmente. Virtualmente, as pessoas permanecem conectadas. Os espaços individual e coletivo, pessoal e profissional se misturam constantemente e, nessa "dança" cheia de interações, os usuários realizam seus trabalhos, conhecem e sabem sobre as publicações de terceiros etc.

4. Possibilidades da aplicação do economialismo

A economia economialista propõe uma abordagem que integra saúde mental, sustentabilidade e trabalho, com foco tanto nas dinâmicas individuais quanto coletivas da produção. Essa perspectiva se fundamenta na valorização do trabalho em todas as funções e carreiras, promovendo relações igualitárias de produção e atenção integral ao bem-estar psíquico dos trabalhadores. No modelo economialista, a geração de riqueza pelos setores agrícola, industrial e de serviços deve estar orientada não apenas ao lucro, mas ao cuidado com as pessoas, à capacitação técnica, ao desenvolvimento profissional e à integração social. A sustentabilidade, nesse contexto, não é um adendo, mas um eixo estruturante: propõe-se a criação de projetos econômicos e sociais baseados no uso de energias renováveis, na reutilização de materiais — industriais ou orgânicos — e na conservação ativa dos recursos naturais. Assim, o desenvolvimento é entendido como um processo que equilibra produtividade, saúde emocional e responsabilidade ambiental, orientando-se pela lógica da prevenção e do cuidado contínuo com os sujeitos e com o planeta.

4.1. O economialismo na economia Política na esfera pública

A aplicação da proposta economialista em um projeto de economia política pressupõe o incentivo e o comprometimento dos poderes públicos na implementação de ações voltadas ao cuidado com a saúde mental no âmbito da própria administração pública. Isso inclui o oferecimento de atendimentos com psicólogos e psiquiatras, bem como o desenvolvimento de programas estruturados de apoio psicossocial e emocional aos servidores, por meio de grupos terapêuticos, oficinas e políticas institucionais de prevenção ao adoecimento psíquico. Sob a perspectiva do economialismo, é igualmente necessária a construção e o fortalecimento de propostas de continuidade a projetos já existentes voltados à preservação ambiental. Essas ações não implicam a interrupção do uso dos recursos naturais, mas sim a sua utilização de forma responsável e sustentável, promovendo o crescimento econômico por meio da industrialização verde, da modernização da infraestrutura e do

incentivo a empreendedores em suas respectivas áreas de atuação. Propõe-se, nesse modelo, uma divisão mais justa da carga tributária, com a implementação de alíquotas diferenciadas para os mais ricos, contribuindo para a redistribuição de renda. Um fator central para essa redistribuição, no âmbito do economialismo, está na conscientização de grandes grupos econômicos quanto à importância de valorizar seus funcionários. Isso pode se dar por meio de aumentos salariais, bonificações, participação nos lucros e políticas que incentivem a qualidade de vida, como apoio à saúde emocional, tempo para o convívio familiar e equilíbrio entre vida profissional e pessoal. No entanto, para que esse processo seja viável e legítimo, é necessário que os próprios poderes públicos iniciem essa mudança, com a redução de gastos voltados ao uso individual e à manutenção de estruturas estatais excessivas. A diminuição das despesas vinculadas aos privilégios de governantes e legisladores deve servir como exemplo e estímulo para que o setor privado assuma maior responsabilidade social. Trata-se de apostar em um efeito em cadeia, no qual ações éticas e responsáveis por parte do Estado geram reações positivas no setor empresarial, promovendo investimentos mútuos em saúde, bem-estar social e preservação ambiental. Assim, o economialismo se propõe não apenas como uma teoria, mas como uma prática política e econômica voltada à regeneração da vida coletiva.

4.2. Economialismo na prática nas instituições privadas

A implementação do economialismo exige o envolvimento direto de empresas, investidores e instituições públicas e acadêmicas em ações concretas de cuidado com a saúde mental e com o meio ambiente. É fundamental que as organizações desenvolvam cronogramas internos voltados ao bem-estar psíquico dos trabalhadores, incluindo atividades em grupo, espaços de escuta e incentivo à psicoterapia individual. A conscientização de grandes corporações, empresários e grupos de investimento também se faz necessária para o apoio a iniciativas de restauração de áreas degradadas, em parcerias com universidades e órgãos públicos voltados à proteção ambiental. Nesse contexto, propõe-se a criação de mecanismos como o "imposto de consciência", pelo qual contribuintes poderiam optar por contribuir acima do mínimo legal, recebendo, em contrapartida, reconhecimento público e simbólico por sua responsabilidade social. Este modelo já tem sido pedido por bilionários e milionários na Europa e Estados Unidos. Para que tais iniciativas se consolidem, é preciso compreender os limites do crescimento econômico. Assim como a natureza, a produção e a própria vida humana, a economia não pode crescer indefinidamente sem provocar desequilíbrios. O desenvolvimento não deve ser medido apenas por indicadores quantitativos, mas também pela qualidade da distribuição de renda, pela promoção da saúde integral e pela preservação dos ecossistemas. Esses princípios devem ser prioritariamente aplicados nos grandes centros urbanos, os quais concentram a maior parte da população e dos impactos ambientais, enfrentando, ao mesmo tempo, desafios intensos relacionados à geração de empregos, desigualdade, miséria e vulnerabilidade social. A economia deve, portanto, ser pensada como um instrumento para o bem comum — e não como um fim em si mesma. Por fim, o modelo economialista propõe a articulação de políticas econômicas universais, construídas em parceria entre órgãos multilaterais e governos nacionais, com foco na capacitação profissional e no cuidado com os trabalhadores. O trabalho, a produção e o consumo devem ser orientados por uma ética do cuidado — com o indivíduo, com o outro e com o planeta. Para isso, torna-se indispensável uma preparação teórica sólida e o desenvolvimento de práticas voltadas à humanização das relações laborais. A atividade produtiva, nesse paradigma, não deve se pautar pelo consumo desenfreado, mas sim por um compromisso com o equilíbrio psíquico, social e ambiental, articulando o desenvolvimento econômico com a preservação da vida em sua complexidade.

5. Considerações introdutórias

O conceito de economialismo constitui uma proposta de reorganização das práticas econômicas contemporâneas, a partir da articulação de ideias e ações já existentes em diferentes contextos — públicos, privados, coletivos, individuais, governamentais e acadêmicos. Ao nomear e sistematizar essas iniciativas sob um mesmo paradigma, propõe-se um modelo de política econômica que seja difundido e debatido em escolas, universidades, ambientes de trabalho e demais espaços sociais, incluindo o universo digital. Pensar o economialismo não é apenas projetar o futuro, mas agir no presente, restaurando territórios simbólicos e concretos degradados por lógicas

excludentes, predatórias e adoecedoras. Trata-se de promover uma transformação de mentalidade, orientada por princípios de saúde mental, justiça social e cuidado ambiental, propondo uma nova racionalidade para o desenvolvimento. Entre os resultados esperados com a implementação do economialismo, destacam-se: a redução do adoecimento psíquico associado às relações de trabalho; o avanço em direção a uma distribuição de renda mais equitativa; o fortalecimento do compromisso ambiental por parte das organizações; e a reconfiguração dos indicadores tradicionais de desenvolvimento, incorporando dimensões humanas, subjetivas e ecológicas. O economialismo, portanto, não se limita a um conceito teórico, mas configura-se como uma prática transformadora que visa repensar as bases da economia em sintonia com os desafios éticos e existenciais do nosso tempo.

Referências

Hunt, E. K.; Sherman, Howard J. (2000). **História do pensamento econômico** (Trad. J. L. Benchimol) . Petrópolis: Editora Vozes.

OPENAI. (2025). **ChatGPT (versão GPT-4)** [ferramenta de inteligência artificial]. São Francisco: OpenAI. https://chat.openai.com/

Pessoa, J. B. (2024). **Sem endereço para ir e sem um lar para voltar: sobre o sentido da vida em Frankl, estratégias de coping e questões da existência com moradores de rua na cidade de São Paulo.** Tese (Doutorado em Psicologia Social e do Trabalho) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.